



CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE III S.A.

CNPJ/ME nº 31.199.512/0001-52

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023			
Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	605	487
Concessionárias	8	3.434	-
Impostos a compensar	9	1.649	1.665
Cações e depósitos vinculados	11	-	2
Despesas antecipadas	13	93	-
Outros créditos	13	891	-
Adiantamento a fornecedores	12	3	1.886
		5.784	4.931
Não circulante			
Partes relacionadas	10	-	13.293
Cações e depósitos vinculados	11	12.445	-
Imobilizado	14	302.233	296.840
		314.678	310.133
Total do ativo		320.462	315.064

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Central Eólica Monte Verde III S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Monte Verde III, comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, nº 428, Sala 08, Cidade Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. Em 30 de outubro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social BNDES no montante de R\$ 212.086, a ser liberado conforme a apresentação da contraprestação da evolução da construção da usina. **1.1. Autorização do Parque Eólico Monte Verde III:** Em 07 de fevereiro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 06 de fevereiro de 2054. A Companhia, em 20 de dezembro de 2017, vendeu 32,5 MW (médio de energia no Leilão de Energia de 2016, por meio do projeto de geração eólica Monte Verde III) localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R\$87,00/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 23 o Parque Eólico Monte Verde III iniciou sua operação comercial em 5 de janeiro de 2023.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de reais)			
Empresa	Central Eólica MV III		
Usinas	EOL Monte Verde III		
Modalidade	Produtor Independente		
Outorga	Autorização		
Estado	RN		
Capacidade instalada (MW)	58,80		
Energia assegurada (Mm)	06/2022		
Data do início da operação	07/02/2019		
Autorização / Registro	Início	Término	
		06/02/2054	

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$(23.282), devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção em 2022 e início da operação em janeiro de 2023. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do saldo restante do financiamento junto ao BNDES (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) recebimentos dos fluxos de caixa pelas vendas de energia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade financeira (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS@ Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de maio de 2024. **2.1.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 24. Instruções Financeiras. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO
 A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
 Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: **a) Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº14); **b) Provisão para arrendamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº17); **c) Provisões para desmantelamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); **d) Provisões fiscais, civis e trabalhistas e depósito judicial:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 27); **e) Receita operacional líquida:** (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 20).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
 As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia futuras e não futuradas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **h) Provisões para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reparação ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **i) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **j) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2)):** Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém métodos para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social referentes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a tensões diretamente reconhecidas no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incerto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22 / IFRIC 23, que não causou impactos relevantes para a Companhia. **l) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução do Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, incluindo a ele ser impulsionado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP ou créditos, individualmente aos acionistas, a título de remuneração pelo capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controlada, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adian-

6. ALTERAÇÕES ADOTADAS PELO GRUPO
 As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **Alteração ao IAS 1/ CPC 28(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **Alteração ao IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **Alteração ao IAS 12/ CPC 02 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre os tributos sobre o lucro, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **Alteração ao IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Inscção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro, 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 23.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	605	487
Total	605	487

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem (nota explicativa nº 22).

8. CONCESSIONÁRIAS
 Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era composto pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado livre	97	-
Mercado regulado	3.337	-
Total	3.434	-

A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício corrente, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Até 60 dias	3.434	-
Total	3.434	-

O saldo de R\$ 3.434 em 31 de dezembro de 2023 a vencer há mais de 60 dias refere-se substancialmente à venda da geração de energia da fase de teste da usina, junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos a compensar		
IRRF sobre aplicações financeiras	409	426
ICMS	1.239	1.239
Total	1.649	1.665
Impostos a pagar		
ICMS	1.074	1.073
Imposto de renda e CSLL	847	479
PIS e COFINS	12	-
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros	3	6
IRRF sobre aplicações financeiras	3	22
ISS	16	1
Outros	8	1
Total	2.074	1.582

10. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS
 Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício estão apresentadas como segue:

	Contraparte	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante			
Partes relacionadas			
Liquidação de operação de Hedge - Repasse EDP R (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	-	13.293
Total ativo		-	13.293
Passivo			
Circulante			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)	EDP Renováveis Brasil S.A.	(6.377)	(21.100)
Compartilhamento de CAPEX - MV Solar (c)	Monte Verde IV	(12.439)	-
Garantia financeira	EDPR S.A.	(49)	(239)
		(18.865)	(21.339)
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Adiantamento para futuro aumento de capital	Monte Verde Holding S. A	(7.240)	(35.008)
Total Passivo		(26.105)	(56.347)

a) Liquidação de operação de Hedge - Repasse: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Hedge de proteção de fluxo de caixa para pagamento de equipamentos para a construção do parque eólico de Monte Verde III. Em 2023 ocorreu a liquidação da operação de Hedge, a variação apresentada gerou valores a serem recebidos pela Companhia da controladora indireta EDP Renováveis Brasil S.A. **b) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos:** EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **c) Compartilhamento de Capex - MV Solar:** Em 24 de agosto de 2021 as empresas Centrais Eólicas Monte Verde II, III, IV e V celebraram contrato de consórcio com o propósito de dividir em partes iguais as estruturas comuns de linha e bay de conexão inerentes aos parques eólicos junto aos parques solares em desenvolvimento Monte Verde Solar II, III, IV, V e VII, que possuem sua estrutura na Holding EDP Renováveis. **10.1. Relacionamento da Companhia com cada contra-**

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	40.114	-
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	21	(4.548)	(3.940)
Encargos com uso de rede elétrica		(4.548)	(3.940)
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(9.944)	-
Serviços de terceiros e materiais		(6.175)	-
Outros custos de operação		(838)	-
		(16.957)	-
Lucro bruto		23.157	-
Despesas operacionais	21	(21.504)	-
Despesas gerais e administrativas		18.610	(3.940)
		(243)	(393)

Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos **18.367 (4.333)**
Resultado financeiro **22** **672** **-**
 Receitas financeiras **(19.964)** **(102)**
 Despesas financeiras **(19.292)** **(102)**
(925) (4.435)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro
Tributos sobre o lucro **23** **(1.476)** **-**
 Correntes **(1.476)** **-**
(2.401) (4.435)

Resultado líquido do exercício **(2.401) (4.435)**
Despesas operacionais **21** **(243)** **(393)**
Despesas gerais e administrativas **(243)** **(393)**

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Resultado líquido do exercício	(2.401)	(4.435)	
Resultado abrangente do exercício	(2.401)	(4.435)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.473	(183)	18.290
Aumento de capital social	33.106	-	33.106
Resultado do exercício	-	(4.435)	(4.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.579	(4.618)	46.961
Aumento de capital social	18.558	-	18.558
Resultado do exercício	-	(2.401)	(2.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	70.136	(7.019)	63.117

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro ou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(925)	(4.435)
Depreciações e amortizações	9.944	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos	19.367	12.800
Juros provisão desmantelamento	103	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	467	-
Total	28.956	8.365

Variações em:
 Concessionárias **(3.434)** **(1.886)**
 Adiantamento a fornecedores **1.883** **(1.886)**
 Impostos a compensar **17** **(1.305)**
 Despesas pagas antecipadamente **(93)** **-**
 Outros créditos **891** **(891)**
 Fornecedores **(3.190)** **2.326**
 Impostos a pagar **25** **1.004**
 Outras contas a pagar **(1.232)** **-**
 Partes relacionadas **13.293** **(117)**
Caixa proveniente das atividades operacionais **37.114** **7.496**
 Imposto de renda e contribuição social pagos **(1.008)** **-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais **36.105** **7.496**

Fluxo de caixa das atividades de investimento
 Cações e depósitos vinculados **(12.443)** **-**
 Ações ao imobilizado **(14.335)** **(167.892)**
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimentos **(26.778)** **(167.892)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento
 Aumento de capital **18.558** **33.106**
 Captação de empréstimos e financiamentos **84.263** **-**
 Adiantamento para futuro aumento de capital **(27.768)** **6.028**
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de financiamento **(9.210)** **123.757**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa **118** **(36.639)**
 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Vencimentos do valor de principal e juros a longo prazo:

Ano de vencimento	Principal e juros
2025	12.060
2026	12.060
2027	12.060
2028 a 2043	183.919
Total	220.100

7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para arrendamentos	338	3.422	3.761	430	4.097	4.527
Total	338	3.422	3.761	430	4.097	4.527

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrados abaixo:

	Total
Saldo em 31/12/2022	4.527
Adições	3.773
Diminuições	(4.526)
Pagamentos	(479)
AVP	467
Saldo em 31/12/2023	3.761

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 13,81% a.a. para terrenos.

18. PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2023	31/12/2022
Desmantelamento	1.106	-
Total	1.106	-

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2022	-
Ajuste a valor presente	103
Aumento por revisão	1.003
Saldo em 31/12/2023	1.106

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. Periodicamente a Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento. Em dezembro de 2023, a Companhia finalizou a revisão, sendo que as provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futura. Com a revisão, a Companhia registrou em seu balanço um aumento de R\$ 1.106. A provisão para desmantelamento do parque eólico Monte Verde III está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2023, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizado é de R\$ 70.137 (R\$ 51.579 em 31 de dezembro de 2022). O capital social é composto de 7.013.660 (5.157.860 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
MV Holding S.A.	7.013.660	100%	5.157.860	100%
Total	7.013.660	100%	5.157.860	100%

A Companhia não conta com capital autorizado, conforme estatuto social. **19.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do estatuto social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. E 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de (R\$ 7.019) (R\$4.618 em dezembro de 2022).

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	-	-
Suprimento de energia elétrica	41.634	-
Total de receita bruta	41.634	-
Deduções à receita operacional PIS/COFINS	(1.520)	-
Total de deduções	(1.520)	-
Total	40.114	-
MWh comercializado	291	-

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

21.1. Custos operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço	-	-
Não gerenciáveis	(4.548)	(3.940)
Encargos de uso da rede elétrica	(4.548)	(3.940)
Total de custos não gerenciáveis	(4.548)	(3.940)
Gerenciáveis	(16.957)	(364)
Serviços de terceiros e materiais	(6.175)	(112)
Depreciação e amortização	(9.944)	-
Alugueis e arrendamentos	(12)	(99)
Seguros	(214)	-
Outras despesas	(469)	(153)
Despesas tributárias	(143)	-
Total de custos gerenciáveis	(16.957)	(364)
Total	(21.504)	(4.304)

21.2. Despesas operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais	-	-
Serviços de terceiros e materiais	(37)	-
Doações	(32)	(29)
Outras despesas operacionais	(174)	-
Total	(243)	(29)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	-	-
Renda de aplicações financeiras	657	-
Juros recebidos	13	-
Receitas com derivativos	1	-
Total	672	-
Despesas financeiras	-	-
Ajuste a valor presente	(103)	-
Atualização financeira	(467)	-
Comissões sobre financiamentos	(367)	-
Despesas com garantias bancárias	(26)	(96)
Encargos de dívidas (*)	(18.999)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(6)
Total	(19.964)	(102)
Total	(19.292)	(102)

(*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial cessando o reconhecimento dos encargos da dívida no imobilizado de acordo com CPC 20 Custo dos empréstimos.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	41.634	-	41.634	-
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	-	12%	-
	3.331	-	4.996	-
Receitas financeiras	672	-	672	-
Base de cálculo	4.003	-	5.668	-
Alíquota vigente	25%	25%	9%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.002)	-	(497)	-
Ajuste decorrente do adicional do IR	32	-	3	-
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	-
Imposto corrente	(968)	-	(507)	-
Alíquota efetiva	2,58%	-	1,31%	-

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **24.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	605	487
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	-	2
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	3.434	-
Adiantamento a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	3	1.886
Despesas antecipadas	13	Custo amortizado	Nível 1	93	-
Outros créditos	13	Custo amortizado	Nível 1	-	891
Não circulante					
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	12.445	-
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	-	13.293
				16.580	16.559

	31/12/2023	31/12/2022			
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	15	Custo amortizado	Nível 1	19.852	23.042
Empréstimos e financiamentos	16	Custo amortizado	Nível 1	1.932	1.805
Empréstimos e financiamentos	16	Custo amortizado	Nível 2	4.869	-
Outras contas a pagar	17	Custo amortizado	Nível 2	338	430
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	Custo amortizado	Nível 2	216.509	202.140
Outras contas a pagar	17	Custo amortizado	Nível 2	3.422	4.097
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2	7.240	35.008
Provisões	18	Custo amortizado	Nível 2	1.106	-
Total				255.268	266.522

24.2. Mensuração a valor justo: A hierarquia dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. Os empréstimos e financiamentos do BNDES não foram marcados a mercado por se tratar de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

	Valor Contábil	Valor justo
BNDES Nível 2	223.311	223.311
	223.311	223.311

24.3. Risco de juros: O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (CDI 13,03% a.a., IPCA 4,62% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	IPCA+4,19% a.a.	(226.902)	(19.990)	(24.988)	(29.985)
Total		(226.902)	(19.990)	(24.988)	(29.985)

24.4. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A Companhia em 31 de dezembro de 2023 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros:

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	19.852	19.852	19.852	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	223.311	223.311	7.401	12.060	36.180	168.269
Provisões	1.106	1.106	-	-	-	-
Partes relacionadas	7.240	7.240	-	7.240	-	-
Total	251.509	251.509	26.654	19.300	36.180	168.269

24.5. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalente de caixa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa	605	487
Cauções e depósitos vinculados	12.445	2
Partes relacionadas	-	13.293
Total	13.050	13.782

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **24.6. Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MMME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS

25.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	6.120	3.492	-	-	9.612
Total	6.120	3.492	-	-	9.612

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 03 de fevereiro 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 1 item 1.1.

25.2. Garantias:

	31/12/2023	31/12/2022
Tipos de garantias oferecida		
Depósito caução (Nota 11)	12	-
Seguro garantia e fianças (a)	11	1.463
Penhor de ações (b)	225	206
a) Seguro garantia: seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. b) Penhor de Ações: conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.		

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
-----------	------------------	------------------------------